

41º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG14 – Famílias na contemporaneidade: migrações e trabalho

REPRODUÇÃO DA CASA E VALOR FAMÍLIA EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS

Autora: Rosemeire Salata

INTRODUÇÃO

Nas literaturas sociológica e antropológica que se dedicam aos estudos dos processos migratórios, podem ser encontradas diferentes abordagens e perspectivas analíticas que buscam lançar luz sobre tais fenômenos. No debate sobre os contextos migratórios internos, no qual este trabalho se situa, especialmente os deslocamentos de pessoas provenientes de áreas rurais do nordeste do país, são elencados tanto fatores externos quanto internos aos grupos migrantes como possíveis chaves analíticas para a compreensão da mobilidade territorial.

De acordo com as interpretações histórico-estruturais, tanto a conformação socioeconômica de onde partem aqueles que se deslocam, quanto os assim chamados “fatores de atração”, ou seja, as condições de desenvolvimento das áreas que historicamente passam a receber fluxos migratórios, são as causas explicativas mais comumente mobilizadas. A partir dessa visão, a situação de miséria no campo, a concentração fundiária, as alterações das relações de trabalho e a situação de estagnação das áreas rurais do nordeste brasileiro, imporiam a migração como último recurso de sobrevivência. Os migrantes passariam então a preencher a demanda por mão de obra nos “polos mais desenvolvidos e dinâmicos” da economia nacional (LOPES, 1964; DURHAM, 1973; SINGER, 1976).

Dentre as análises que se concentram nos fatores internos que produzem e reproduzem os deslocamentos, destacam-se aquelas que consideram os próprios sistemas de parentesco como seus impulsionadores, visto que as migrações não estariam apenas imbuídas da necessidade material de buscar recursos alhures, mas também possuiriam uma forte dimensão simbólica, seja ela pré- matrimonial (GARCIA JÚNIOR, 1989; WOORTMANN, 2009), quando os jovens saem em busca de recursos para constituir um novo núcleo familiar, seja pelo padrão de herança dos sistemas camponeses de parentesco que, por um lado, expulsa pessoas, e por outro, faz com que os deslocamentos sejam realizados dentro dos grupos de parentes (WOORTMANN, 1995).

Neste trabalho, preocupo-me em apresentar as motivações centrais presentes nas práticas migratórias de grupos que se deslocam de áreas rurais

do Nordeste brasileiro. Fundamento-me, para essa discussão, em pesquisa empírica realizada entre os anos de 2014 e 2016 no pequeno município de Santa Lúcia. Localizado na região central do estado de São Paulo, o município possui 8415 habitantes (IBGE, 2014). A pesquisa teve seu foco no bairro Nova Santa Lúcia, local de moradia de boa parte dos migrantes que chegam a Santa Lúcia. O município, assim como seus vizinhos da região central, recebe consideráveis fluxos migratórios desde a década de 1980, momento em que o estado de São Paulo desponta como grande produtor de açúcar e álcool, e o fenômeno do atual agronegócio canavieiro começa a ser desenhado na região.

Mormente, os deslocamentos para Santa Lúcia foram realizados tendo em vista a busca de trabalho no processo produtivo da cana de açúcar. Diferentes correntes migratórias se sucederam ao longo das últimas décadas na localidade¹ e, a partir dos anos 2000, momento do chamado “boom dos agrocombustíveis”², intensificou-se a presença de pessoas com origem no estado do Maranhão, especialmente do município e das áreas rurais e povoados do município de Gonçalves Dias³.

A centralidade de tais práticas migratórias, nesse contexto, está assentada na construção da casa própria – que é analisada não apenas em seu aspecto físico ou material, mas como produtora de novas relações – e a família adquire fundamental importância, visto que se conforma como motivação central e estruturante de tais práticas. Desta forma, trato a família neste trabalho não apenas considerando os grupos de parentes como aqueles que direcionam e reproduzem os deslocamentos, constituindo as redes através das quais as pessoas se deslocam, mas buscando apresentar a construção de novas relações familiares como o próprio substrato e motivação para os deslocamentos.

¹ Nos anos 1980 o principal fluxo migratório tinha origem nos estados de Minas Gerais e Bahia. Na década de 1990 intensificou-se a presença de pernambucanos e alagoanos.

² Foi a partir dos investimentos do governo federal ao longo dos anos 2000 que a produção canavieira nesta região recuperou seu fôlego, ampliando a área plantada, a capacidade produtiva e passando a empregar novas tecnologias produtivas e poupadoras de mão de obra.

³ Localizado na região dos cocais no estado do Maranhão, a 340 km da capital, São Luís. De acordo com dados do IBGE do ano de 2010, tem uma população de 17.485 habitantes, dos quais 9707 vivem na zona rural, nos 112 povoados que compõem o município.

Busco, assim, no entrelaçamento de categorias como trabalho, migração e família, apontar que os deslocamentos laborais são mais que estratégias que visam garantir a subsistência física/material, conformando-se como meios fundamentais para uma vida moral. Moralidade esta que tem seu núcleo fundamental na família, percebida e vivida como valor que orienta os deslocamentos. Interessa discutir, a partir deste contexto, a construção de novos núcleos familiares como eixo central da presença destes trabalhadores no pequeno município paulista, a partir de dois pontos principais: a construção da casa própria e a aquisição de bens de consumo.

FAMÍLIAS E DESLOCAMENTOS

É comum considerar que as migrações não são realizadas individualmente. Migra-se em rede (NOGUEIRA, 2011) e, assim, a família e os grupos de parentesco tendem a ser considerados como suportes para os deslocamentos, constituindo redes baseadas e mantidas por códigos de reciprocidade, lealdades e obrigações mútuas. O clássico estudo de Durham (1973) mostra como as migrações de trabalhadores rurais para São Paulo foram viabilizadas por suas redes familiares, responsáveis pelo processo de integração e adaptação do migrante rural na cidade. Segundo sua abordagem, a família seria um mediador fundamental para estes grupos, diante da incapacidade das instituições públicas no país de suprir as necessidades dos indivíduos, substituindo as funções privadas da família⁴.

De outro modo, também a importância da família aparece na análise dos projetos migratórios, visto que estes costumam ser considerados como concebidos em termos familiares, e não individuais. O projeto de “melhorar de vida” (DURHAM, 1973; SARTI, 1996; MACIEL, 2013) e os diversos significados que essa expressão assume em cada contexto migratório, tão recorrente nas narrativas de migrantes, extrapola a noção de um projeto ancorado apenas na noção de mobilidade social, visto que se constitui como projeto familiar, onde a

⁴ É comum na literatura sobre as famílias de baixa renda e a formação histórica da sociedade brasileira, considerar que relações de reciprocidade e práticas de ajuda mútua ocorrem em função das necessidades destas pessoas e da ineficácia das instituições públicas em supri-las.

construção da casa (MACHADO, 2010; NOGUEIRA, 2010; SALATA, 2017) e a aquisição de bens de consumo destinados ao interior da casa adquirem centralidade (SALATA, 2017).

De outro modo, a percepção de que os deslocamentos esfacelam laços de parentesco e quebram arranjos familiares também está presente na percepção sobre as famílias migrantes como “desestruturadas” ou “espalhadas” pelo mundo. Em muitos casos, as migrações são percebidas por aqueles que as realizam como processos que lançam os sujeitos para o *meio do mundo*, para usar a categoria nativa captada por Scott (2009)⁵. Não obstante, formas de se construir “proximidade à distância” (LOBO, 2006) são empregadas para se manter contato com parentes e familiares. Telefonemas, notícias e mensagens enviadas por meio de redes sociais, envio de remessas em dinheiro e presentes são as formas empregadas para manutenção dos vínculos e sentimentos de proximidade (LOBO, 2006; NOGUEIRA, 2010; FRANGELLA, 2014).

Rearranjos familiares também são analisados nos processos migratórios, tendo em vista que a mobilidade, quando pensada como movimentação no espaço social, tenderia a modificar as relações internas aos grupos familiares, rearranjando papéis de gênero e relações de autoridade entre pais, mães e filhos (MACIEL, 2013). Também são consideradas as posições femininas e os papéis assumidos pelas mulheres no cuidado da casa, do roçado, e dos filhos, quando os maridos são os primeiros a migrar e as mulheres transformam-se em “chefes de família” (MENEZES, 2002), ou em “viúvas de marido vivo” (MACHADO, 2010) quando a permanência nos locais de destino acaba, por inúmeros motivos, se reconfigurando, e a ausência do cônjuge torna-se uma constante na vida das esposas que ficam.

Sem desconsiderar os elementos que podem ocasionar rearranjos ao longo da trajetória de vida das famílias, conforme aponta Machado (2010), o projeto de constituição da casa própria pela via da migração põe em risco as relações que pretende centralizar, mas continua sendo forte o suficiente para

⁵ A expressão é sempre usada com ar de perda e saudade por agricultores e trabalhadores rurais nordestinos. Ter algum parente *no meio do mundo* diz respeito à perda definitiva da força de trabalho familiar; como viajantes *no meio do mundo*, os trabalhadores passam a serem móveis e disponíveis a empregadores em áreas economicamente mais dinâmicas, porém distantes de seus lugares de origem.

estimular as migrações de inúmeras pessoas no município de Governador Valadares/MG, contexto pesquisado pelo autor.

Cenário semelhante pode ser observado na pequena Santa Lúcia. A partir das entrevistas e observações realizadas no bairro Nova Santa Lúcia, foi possível perceber que, tão logo as *saídas*⁶ propiciem a inserção em mercados de trabalho com rendimentos estáveis⁷, os trabalhadores engajam-se no processo de construção da casa própria, processo este que reorganiza e redireciona, além da utilização do orçamento familiar, o tempo de permanência no município paulista, os retornos aos locais de partida e as visitas aos parentes que ficaram na terra natal.

Ao circular pelas ruas do Nova Santa Lúcia, tem-se a impressão de estar em meio a um grande canteiro de obras. Nas calçadas acumulam-se pilhas de tijolos, montes de areia e pedras, já que ali as casas são sempre projetos inacabados, recebendo, ao longo do intervalo de meses ou anos, melhorias e acabamentos, como a colocação de pisos, a pintura das fachadas e dos muros, ou mesmo a construção de garagens ou pequenas áreas de lazer.

Todos os nossos entrevistados relacionam suas trajetórias de mobilidade ao projeto de construção da casa própria. Nogueira (2010) em estudo sobre a construção de territórios por famílias camponesas do município de Aracatú/BA também identifica esta relação muito próxima entre a migração e a construção de casas. Nos termos da autora, muito mais que a reprodução de um modo de vida camponês – entendido como o trabalho familiar numa terra familiar – as práticas migratórias constituem para estas famílias uma estratégia de reprodução da casa camponesa. É em Levi Strauss (1999) que a autora se inspira para compreender a construção destas casas como a expressão de uma entidade moral, ou seja, a casa camponesa aparece como elemento em torno

⁶ As expressões e categorias nativas são usadas em itálico no texto. *Sair* é expressão nativa análoga a migrar, e não tem necessariamente o sentido de migração definitiva.

⁷ A maior parte dos trabalhadores entrevistados sobrevivia em seus locais de origem através do arrendamento de terras para o plantio de arroz, feijão e milho, gêneros alimentícios que serviam ao consumo da família e, em momentos de necessidade, eram comercializados para obtenção de renda monetária. Em menor número, encontramos também trabalhadores cujas famílias detinham a posse ou propriedade da terra nos locais de origem. A instabilidade e irregularidade dos rendimentos obtidos com o trabalho na terra, além do pagamento da renda da terra, foram os principais fatores econômicos apontados como motivadores para as migrações.

do qual se articulam relações de parentesco e se demarca o “lugar certo onde se deve morar” (NOGUEIRA, 2010, p.207).

Apresentando a dinâmica de construção de várias casas de moradia dentro das fazendas, a autora aponta como estas se relacionam ao mesmo tempo com a construção de novos núcleos familiares e, por conseguinte, com a autonomia dos novos casais, sem haver, contudo, um rompimento com a chamada “casa maior”, que se objetiva na fazenda sertaneja e se perpetua em razão do vínculo com uma parentela. Ou seja, a partir do modelo analítico de “casas” empregado pela autora, pode-se afirmar que se perpetuam os grupos familiares e se reforçam seus laços de pertencimento a um lugar. Em outros termos, a construção de casas restauraria o traço tido por característico da vida camponesa, o vínculo entre terra e família.

No contexto da construção de casas em Santa Lúcia, processo semelhante ocorre. No entanto, mais que a continuidade com a casa dos pais, o que se busca através dos deslocamentos é a construção de autonomia em relação àquela. A construção de uma casa própria aqui simboliza a marcação de distanciamento em relação aos núcleos familiares anteriores e a formação de um novo núcleo familiar, agora centralizado nos novos cônjuges e em seus filhos. Isso apareceu em vários momentos das entrevistas. No caso de Manoel, 33 anos, sua vontade e motivação inicial para a *saída* de Gonçalves Dias/MA era obter recursos a fim de substituir a moradia feita de barro por uma casa de tijolos. Após sucessivas safras, nas quais realizava a função do corte manual da cana de açúcar, conseguiu começar a projetar a construção da casa própria, o que lhe propiciou reunir novamente a família agora em novas bases, trazendo para o município de Santa Lúcia a esposa e seus três filhos.

Edson, também com 33 anos, faz bastante referência à autoridade paterna para explicar a motivação para a sua migração. No trabalho nas “terras do pai”, Edson julgava receber menos do que era merecido, visto que tudo aquilo que conseguiam obter com o cultivo da terra era controlado pelo pai. Sua trajetória migratória remete à afirmação de sua plena masculinidade, uma vez que o trabalho junto à família não lhe possibilitava conquistar sua autonomia, apenas conseguida através da migração. Após sucessivos deslocamentos entre

sua terra natal e Santa Lúcia, projetou sua casa, onde hoje reside com sua esposa e o filho, que tiveram após estarem estabelecidos na nova moradia.

Também na trajetória de Maria, 40 anos, o direcionamento dos rendimentos para a aquisição de um terreno e construção de casas ganha destaque. De Barros/CE, sua cidade natal, *saiu* pela primeira vez em 2006, e chegou a Santa Lúcia alguns meses após a vinda do esposo. Em Barros, fazia faxina para complementar a renda obtida com o arrendamento de terras onde eram cultivados o arroz, o milho e o feijão. Maria explicou-me que, como seu pai é doente, ela também cuidava de duas *tarefas*⁸ de plantação do pai, mais a *tarifa* de seu próprio núcleo familiar. Residia com o esposo em uma casa alugada e as despesas eram grandes com os cinco filhos que tiveram.

Maria diz sempre ter gostado muito da roça, do tempo das colheitas, da preparação de comidas com o que o provinha da terra, apesar da vida difícil que levava. O que a motivava a pensar em *sair* era o incômodo que sentia em receber *ajuda* do pai, doente, utilizando-se de parte de sua aposentadoria para cuidar de seus filhos. Seu esposo era pedreiro em Barros e, em 2006, foi chamado por um amigo para construir sua casa na cidade de Santa Lúcia, visto que os pedreiros em *São Paulo* cobravam muito caro por este trabalho e o esposo veio então *ajudar* o amigo, “levantando” sua casa por um preço mais baixo⁹. Após estabelecerem-se no novo município, o casal passou a investir na compra de um terreno onde a casa própria futuramente será construída.

Nota-se inclusive que, mesmo nos casos em que a segurança material está garantida, ou seja, em que há uma casa física que serve de abrigo e suporte às pessoas, o projeto de construção de casa própria não deixa de ser central. Francinaldo, 26 anos, migrou para Santa Lúcia apenas para “fazer uma safra”, mas em função de seu casamento com uma mulher do município, redimensionou seu tempo de permanência. No momento de nossa conversa, dividia a casa na qual residia com a esposa e a sogra, que é proprietária do imóvel. Conservava, contudo, o terreno que comprou em sua cidade natal, e

⁸ *Tarefa* é o nome dado ao correspondente a um hectare de terra. Maria trabalhava nas tarefas de seu núcleo familiar e na parcela do pai no sistema de 3x1. Tal sistema consiste em dividir a produção como forma de pagamento pelo arrendamento da terra: a cada três sacos de milho, arroz ou feijão colhidos, um era do dono das terras e dois da família de Maria.

⁹ A casa aparece, neste momento, como um projeto coletivo; sua construção envolve a vinda e ajuda de amigos e parentes, gerando redes de reciprocidade.

considerava: “Não vendo não, mesmo ficando mais tempo aqui, deixa lá, a gente não sabe o dia de amanhã!”. Adailson, 26 anos, também se casou em Santa Lúcia, e construiu dois cômodos para ele e a esposa no fundo do terreno do sogro, mas realiza todo mês uma economia, sua “poupancinha”, pois considera que “viver de favor dos outros não serve”: “Eu tenho vontade de comprar um terreninho pra mim e construir uma casinha, principalmente porque agora tenho minha família, agora que nasceu meu molequinho...”. O nascimento do filho, na fala de Adailson, sugere um marco importante a partir do qual ele deverá reordenar suas relações, baseadas dali em diante na construção da casa própria que será destinada ao novo núcleo familiar.

Perpassando todas as trajetórias de mobilidade, como se pode notar, encontra-se o desejo de reorganizar as relações familiares em novas bases, que passarão a ter como núcleo central o casal e os filhos. Nesse sentido, as famílias migrantes organizam-se e reconstroem-se a partir da experiência da migração. Assim, se num primeiro momento a migração de algum membro da família pode ser pensada como prática que tensiona os projetos familiares e esfacela laços de parentesco, levando muitos a perderem-se no *trecho* (GUEDES, 2012) ou no *meio do mundo*, no contexto aqui investigado, ela pode ser vista como construtora destes mesmos laços, visto que os projetos daqueles que migram estão firmemente ancorados na nova relação moral que desejam construir, centrada no casal e nos filhos, e que é viabilizada somente através da mobilidade.

Ainda que de perspectivas distintas e trabalhando com contextos diversos, a importância da família no universo sociocultural das classes trabalhadoras/grupos populares já fora identificada por autores como Hoggart (1973), Duarte (1986), Sarti (1996) e Fonseca (2004). Tais estudos não incidem diretamente sobre a construção da casa e seus significados e relações, mas desvelam a família como valor central a orientar a prática e a moralidade no universo dos grupos de baixa de renda.

É também conhecida a importância da família como unidade socioeconômica, tanto no que toca ao campesinato brasileiro, quanto mais especificamente nos estudos sobre migração. O grupo doméstico sempre aparece como unidade em torno da qual se constrói e se organiza a dinâmica

dos deslocamentos. Há o predomínio aqui, conforme se pode observar, da família conjugal como modelo organizador destes grupos.

Questionei-me acerca de uma aparente contradição que poderia existir entre este modelo de família e a origem rural de nossos entrevistados, uma vez que a família conjugal foi muitas vezes concebida como resultado de transformações na estrutura da sociedade rural, ou como consequência da urbanização. Contudo, conforme aponta Durham (1973), tal contradição pode ser explicada levando-se em conta a ênfase que foi dada aos estudos sobre família no país, que sempre salientaram a importância da família como unidade socioeconômica, mas atribuíram importância fundamental à família patriarcal extensa como forma típica tradicional de organização do grupo doméstico¹⁰. A autora aponta, assim, que a existência da família conjugal nas camadas inferiores da sociedade rural brasileira nunca foi fruto de um processo de fragmentação de famílias outrora extensas¹¹, mas sempre esteve presente como modelo organizador frente às condições de existência destes grupos¹².

A constituição da casa, nesse sentido, é fundamental, tanto no sentido físico, enquanto garantia de habitação, quanto para a relação moral, uma vez que a casa garante a sustentação da centralidade das relações dos novos casais. Ela representa a possibilidade de casamento para os mais jovens, simbolizando, assim, a maturidade e o rompimento com a casa dos pais.

Desde esta perspectiva, não apenas aspectos ou ganhos econômicos são perseguidos e conquistados através dos deslocamentos, já que a casa aqui não aparece apenas como a configuração de um espaço de segurança familiar, estando imersa em um universo de valores morais que são compartilhados pelo grupo, ao qual a casa física oferece concretude. A importância conferida à construção das casas desvela, assim, como estes deslocamentos estão intrinsecamente relacionados a vínculos familiares e de parentesco, cumprindo,

¹⁰ Para uma crítica das análises que têm como modelo a família patriarcal no Brasil, ver o artigo de Corrêa (1982).

¹¹ Com ressalva para o caso pesquisado pela autora de famílias descendentes de imigrantes italianos, onde a família extensa é substituída pela família conjugal.

¹² Nesse aspecto, vale destacar a análise de Sarti (1996), que considera que entre os trabalhadores de baixa renda, a família não se constitui como núcleo, mas antes como uma rede, com ramificações que envolvem uma rede de parentesco, configurando uma trama de obrigações morais. Para esta autora, mesmo nas camadas médias e altas da sociedade brasileira, tampouco a família existe como família conjugal.

desta maneira, o papel de construtores de novas centralidades nas relações familiares. Conforme já apontara Sarti (1996), a importância da família para os grupos populares não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua própria identidade de ser social, constituindo o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo e, no contexto investigado, orienta também suas práticas.

Partindo das entrevistas realizadas, identifiquei que alguns trabalhadores mantêm em seus locais de origem seu *chão de casa*. Para alguns, portanto, a casa pode ser aquela real ou projetada em seus locais e origem e pode significar o lugar material e simbólico, constituído por familiares que lá foram deixados e para o qual se deseja voltar, ainda que não se tenha a exata ideia de quando se irá voltar. A casa também pode representar, ao ser construída no município paulista, a reconstrução de lugar, de localidade e de referência de pertença (FRANGELLA, 2014), aspectos que constantemente são reconfigurados e atualizados pelas migrações.

É importante ainda ressaltar que, se as casas construídas destinam-se principalmente às famílias conjugais, coabitando nelas apenas o casal e seus filhos, elas não se configuram como lugares fechados/isolados. Onde construir, com quem e com quais recursos são questões que emergem no momento da compra de um terreno, da escolha de seu tamanho e de sua localização. Ao observar a dinâmica de construção de casas em Santa Lúcia, a própria conformação do bairro Nova Santa Lúcia como espaço de moradia privilegiado pelos migrantes evidencia a construção de casas amparadas por uma lógica de agregação e proximidade que se funda em laços de amizade, de parentesco e de origem comum¹³.

BENS DE CONSUMO E PROJETOS FAMILIARES

¹³ Autores como Pina-Cabral e Godoi (2014), Clementino e Menezes (2016) e Frangella (2014) tem utilizado o conceito de vicinalidade para explicar como espaços de morada se agregam e se relacionam entre si. Por oposição à vizinhança, a vicinalidade descreveria uma proximidade aberta entre espaços de morada. Nesse sentido, casas tenderiam a se agregar territorialmente segundo lógicas plurais. Para o contexto aqui apresentado, a lógica específica de agregação territorial deverá ser investigada em pesquisas futuras.

O tema do consumo, por muito tempo ausente das reflexões das ciências sociais, tem emergido no debate atual em virtude das mudanças ocorridas na estrutura social brasileira ao longo dos anos 2000, momento em que parcelas significativas da população tiveram seu poder de compra aumentado (CASTRO, 2014). Como objeto de estudo frente às mudanças na sociedade contemporânea, diferentes abordagens buscam contemplar o fenômeno do consumo.

Devo ressaltar que o tema não é corrente na literatura que trata sobre práticas migratórias¹⁴, contudo, o acesso a determinados bens compõem parte significativa do que os trabalhadores migrantes entendem e classificam como “melhorar de vida”. Ao serem questionados sobre os itens adquiridos por meio das migrações, os bens duráveis, tais como móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos figuram como as principais escolhas de consumo.

Se é certo que as mercadorias cumprem em nossa sociedade a função de geração de lucro, que as trocas mercantis são partes estruturantes do sistema social, e que os meios de comunicação disseminam constantemente ideais e padrões de consumo, também se deve atentar para os usos e os significados dos bens em contextos particulares.

Nesse sentido, mais do que associar as práticas de consumo dos trabalhadores migrantes a reflexos automáticos de uma lógica mercantil dominante, ou interpretá-los como parte de um processo de equiparação às classes sociais dominantes, de acordo com a lógica da distinção (BOURDIEU, 2007), penso tais práticas como partes essenciais do sistema social, atuando como mediadoras das relações sociais estabelecidas, tal qual pensam Douglas e Isherwood (2013). Ou, ainda, o consumo me parece ser tributário de determinados valores e visões de mundo, uma vez que constitui um meio pelo qual os indivíduos e grupos objetificam seus valores e normas (MILLER, 2007).

A partir do que pude observar em Santa Lúcia, nada me pareceria mais arbitrário que classificar os trabalhadores e suas famílias como integrantes de

¹⁴ Associo esta relativa ausência, além de outros fatores que não cabe aqui analisar, à centralidade que as análises sobre as condições de trabalho assumiram nos estudos sobre os deslocamentos laborais, especialmente os vinculados à produção canavieira.

uma suposta “nova classe média”¹⁵, e nada está mais distante de sua realidade do que uma autoimagem de classe média, que poderia ser construída a partir do acesso a determinados bens de consumo. Contudo, foi a partir de trajetórias de migrações e trabalho em *São Paulo* ao longo dos anos 2000, momento que coincide com mudanças importantes na estrutura social brasileira¹⁶, que tais trabalhadores tiveram acesso a alguns bens que antes figuravam como muito distantes de suas possibilidades.

Conforme apontei anteriormente, o projeto de construção, de reforma e melhoria da casa adquire centralidade nas trajetórias de vida e mobilidade. Ao construir uma casa de tijolos, em oposição às casas de taipa ou de barro de suas localidades de origem, o que se está a fazer não é necessariamente a concretização de um projeto de ascensão, que aproximaria subjetivamente estes grupos dos padrões de vida das classes mais altas, reformulando suas identidades e seus estilos de vida, mas, sobretudo, as necessidades familiares de bem-estar e de autonomia, que estão na base de suas *saídas* e de suas escolhas de consumo.

No contexto das famílias de trabalhadores migrantes hoje residentes no município de Santa Lúcia, o fato de haver entre elas certa regularidade quanto aos bens consumidos, preferencialmente aqueles vinculados ao universo da casa, me parece um forte indicativo de que a lógica que perpassa a aquisição destes bens reforça a centralidade do valor-família, antes mesmo de serem pensados como objetos distintivos. Os bens que se pode ter acesso a partir das práticas migratórias – geladeira, fogão, e demais eletrodomésticos em geral, cama, guarda-roupas, aparelhos televisores e de som – são itens básicos que compõem o ambiente doméstico da maioria dos domicílios brasileiros.

¹⁵ O debate sobre o surgimento de uma nova classe média no Brasil foi, em grande parte, impulsionada por trabalhos acadêmicos de economistas, dentre os quais destaco o de Neri (2008), que definem as classes sociais a partir de elementos, em grande medida, associados à renda ou o poder de consumo.

¹⁶ De acordo com Scalón e Salata (2012), ao longo dos anos 2000 o país apresentou taxas de considerável crescimento econômico que, aliadas à diminuição das desigualdades de rendimentos, aos programas de transferência de renda, à estabilização econômica e à expansão do crédito, têm sido capazes de elevar os rendimentos e o padrão de consumo de muitas famílias. Justamente essas famílias é que têm sido classificadas como participantes de uma suposta classe média.

As despesas domiciliares com a manutenção da casa, tais como pagamentos de água, energia elétrica, internet e TV a cabo compõem parte significativa dos gastos dos trabalhadores. A alimentação também é apontada como item com o qual mais se dispendem gastos, no entanto, é comum que boa parte do que necessitam em matéria de consumo alimentar seja suprida com o valor que recebem nos cartões-alimentação, os chamados *tickets*, que são assegurados pelas empresas, nos casos de contratação formal.

Aqueles que possuem vínculos formais de trabalho indicam também gastos reduzidos com saúde, uma vez que possuem planos familiares custeados, em parte, pelas empresas. Como a maioria deles tem filhos ainda em idade escolar regular, os gastos com educação são baixos, visto que todos se utilizam da rede pública, seja municipal ou estadual, presente no próprio município.

Boa parte dos trabalhadores informou que a prática de realizar poupança é corrente, e sempre que possível e “nem que for pouquinho, a gente faz uma poupancinha”, demonstrando uma extraordinária capacidade de economia, quando se observa o que perfazem com os rendimentos obtidos com o trabalho e todos os gastos que possuem na sustentação da casa e dos filhos¹⁷. Ao circular pelas ruas do bairro, nota-se como as reformas e modificações são feitas preferencialmente no ambiente interno da casa, permanecendo as fachadas inacabadas. Estas são modificadas apenas quando o ambiente interno e as *coisas pra dentro de casa* já foram adquiridas.

A maioria dos domicílios não possui computadores, visto que o uso atribuído a este equipamento nas residências é, em sua maioria, o de acesso à internet, o que é realizado principalmente através de aparelhos celulares, que hoje possibilitam o mesmo acesso a redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea, que são utilizados para o contato com amigos e parentes que ficaram na terra natal. O uso que é realizado destes aparelhos, portanto, tem como função principal a manutenção de relações sociais à distância.

¹⁷ Apesar de ser realizada em todas as faixas de renda, ela é maior entre aqueles trabalhadores que estão na faixa salarial mais alta (entre R\$2000,00 e R\$2.200,00) sendo destinada para a compra de materiais de construção e de acabamento (assentamento de pisos ou pintura) ou para a ampliação da casa (construção de garagem, área de serviço ou novos cômodos).

Além dos aparelhos celulares, também estão presentes em boa parte das residências outros aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos. Elaine, a exemplo de outros entrevistados, fala com orgulho e entusiasmo sobre a sua “cozinha completa” e outros itens adquiridos por ela e o esposo, e que são expressão de uma “melhoria de vida”. Ela conta que quando foram morar juntos, eles tinham apenas um colchão e algumas panelas, e que hoje *conquistaram* muita coisa: “na cozinha mesmo, tenho ela completinha, com liquidificador, batedeira, jogo de panela, pratos, tudo. Compramos máquina de lavar e tenho secador de cabelo também, falta só o micro-ondas, que vamos comprar quando a gente entrar na casa nova”.

A ideia da *conquista*, recorrente nas narrativas, expressa o orgulho de pertencer a um grupo bem demarcado. Os trabalhadores reafirmam que a possibilidade que hoje tem de acessar determinados bens materiais está vinculada a uma trajetória de vida de dificuldades, de esforço e de sofrimento. “O nordestino é um povo sofrido”, ou “o nordestino é um povo que não tem medo do trabalho”, são afirmações correntes que evocam uma autoimagem positiva acerca de suas trajetórias, identidades e lugares sociais, e que é construída em oposição aos tantos estereótipos e estigmas construídos no contato com os paulistas¹⁸.

Os projetos familiares de construção da casa e da compra das *coisas pra dentro de casa*, em todas as narrativas, sobrepõem-se aos *luxos*, que são classificados como a compra excessiva de artigos de vestuário, cuidados com a estética e os gastos com lazer e diversão. A necessidade de economizar para obter a casa própria e as *coisas pra dentro de casa* restringe até mesmo as *visitas* que são feitas aos parentes nas cidades de origem. Planejadas sempre para as festividades de final de ano, que coincidem com o período da entre safra nas usinas, as *visitas* diminuem e passam a ser realizadas em espaços de tempo maiores, a cada dois, três ou até mesmo quatro anos, conforme se decide direcionar recursos para a compra da casa. Este projeto familiar também

¹⁸ “O paulista”, apesar de ser visto como “um povo bom”, não é percebido como bom trabalhador, uma vez que, segundo a interpretação corrente entre os migrantes, não realiza tipos de trabalho muito pesados, relegando-os ao povo nordestino. É interessante observar, assim, como este sentimento de pertencimento, expresso com orgulho, não passa apenas pela afirmação de ser um bom trabalhador, mas também pelo sentido de pertença ao grupo migrante.

se coloca como prioritário frente à aquisição de automóveis, por exemplo, já que aqueles que estavam em processo de construção das casas, em sua maioria, não possuíam carros ou motos.

Pude verificar que os rendimentos obtidos com o trabalho na região são quase que inteiramente direcionados para a sustentação dos novos núcleos familiares, já que não há envio de remessas regulares para as localidades de origem, a não ser em momentos de necessidade de algum familiar. Remessas ocorrem apenas quando algum parente encontra-se com problemas de saúde, ou para arcar com pequenas prestações atrasadas.

O quanto adquirir o que parece um simples item básico nas cozinhas dos domicílios brasileiros torna-se difícil nas localidades de origem também nos dá a dimensão dos motivos da grande valorização destes bens. Ademais, a *ajuda* que hoje é possível dar aos pais, obtida somente através das práticas migratórias, revela também o caráter de manutenção dos laços de parentesco, reforçados pela obrigação moral dos filhos para com os pais.

Luciana conta que envia dinheiro, em momentos de necessidade, para os pais que ficaram em Gonçalves Dias/MA: “eu não mando todo mês, mas minha mãe mesmo, no mês passado, me ligou falando que tava precisando de ajuda pra pagar o fogão. Porque lá, assim, ela comprou o fogão, mas não conseguiu o dinheiro pra pagar a prestação, né? Então eu mandei, foi coisa de R\$100,00”.

Verifica-se em muitas práticas de consumo, o que fora apontado por Miller (2004) sobre o ato de comprar, fortemente amparado pela dimensão do “zelar pela família”. Ao observar as relações entre pais e filhos, é possível perceber que estas estão assentadas em obrigações morais e, mesmo que alguns dispendam parte de seus rendimentos na aquisição de bens individuais, empregam a maior parte de suas rendas para arcar com as despesas que são de todos os membros da família. Nos casos em que os filhos dos trabalhadores migrantes já haviam se inserido no mercado de trabalho, a *ajuda* para a família foi sempre apontada pelos pais, que diziam com orgulho sobre o fato de terem “bons filhos”, como no caso de Mirtes, que fala sobre o filho não dar trabalho nenhum quando a questão é contribuir com o orçamento familiar: “Ele pega o pagamento dele, e tirando um dinheirinho pra lanche ou pra ele comprar um

calçado novo, uma peça de roupa, ele entrega o pagamento dele limpinho. Ele não dá trabalho”.

Deste modo, ao priorizarem bens de consumo destinados ao ambiente doméstico em situações onde normalmente o dinheiro é contado, a escolha de um determinado bem significa o não consumo de outro. Assim, escolher bens duráveis que trarão conforto e bem-estar para a família e priorizar o auxílio financeiro para o pagamento de despesas domésticas, desvela que se está investindo na coletividade e na manutenção dos laços familiares.

Ainda que a lógica do dinheiro e da possibilidade da aquisição de bens que este passa a conferir seja parte integrante e fundamental nas narrativas sobre o que é “melhorar de vida”, consumir neste contexto não é um imperativo que se apresenta como máxima sedutora, ou ainda, a expressão da adoção de hábitos ou estilos de vida que expressem a criação de laços de pertencimento a uma nova camada ou classe social¹⁹, conforme as interpretações correntes que compreendem o consumo pela chave da distinção social. Inversamente ao que foi identificado por Zaluar (1994)²⁰, o consumo destes grupos reflete menos uma narrativa identitária individual que se pretende construir, do que certos valores centrais no universo das classes populares, como o projeto familiar de melhorar de vida, conforme busquei evidenciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inseridas em teias de relações sociais, as migrações internas no contexto brasileiro perduram ao longo do tempo como estratégias das quais os sujeitos lançam mão para a fabricação de sua existência. Um olhar mais detido sobre os sentidos dos quais estão imbuídas tais práticas levam a perceber que, se a busca de recursos fora dos locais de origem é o imperativo material que

¹⁹ Para pesquisas atuais que problematizam a consolidação de uma nova classe média no Brasil e a participação dos grupos populares em processos de distinção social, consultar os trabalhos de Sousa (2012) e Castro (2016).

²⁰ Em pesquisa etnográfica com grupos populares no Rio de Janeiro, a autora identifica que a roupa parece ser o objeto de consumo que, do ponto de vista individual, ofereceria a oportunidade de fugir à identificação de pobre. Sendo assim, a roupa estava dividida entre a “de ficar em casa” e a “de sair”, e a roupa de cama, por exemplo, por não seria um item destinado à exibição no espaço público e, portanto, não seria tratada com a mesma importância que a roupa individual.

impulsiona os deslocamentos, estas se fazem também dentro de uma ordem simbólica.

Nesse sentido, vale a pena pensar um pouco mais além da relação que os migrantes estabelecem com o trabalho. Embora “ser trabalhador” defina sua posição estrutural e seja um ponto importante em suas identidades, o trabalho não constitui a única referência a partir da qual conferem sentido à vida.

Os deslocamentos laborais aqui analisados foram interpretados a partir da lógica cultural e simbólica que é ordenadora do universo de valores, e que está implícita no modo de vida de todo e qualquer grupo social, e que neste contexto, está firmemente ancorado nas relações familiares e em suas obrigações, materializadas nos projetos de construção da casa própria e nas práticas de consumo. A família, para além de uma rede de apoio que auxilia as migrações e confere suporte frente às necessidades materiais, ocupa lugar estruturante nas práticas desses migrantes, sinalizando para o lugar privilegiado que a construção do parentesco ocupa nas movimentações espaciais (MACHADO, 2010).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. S. K. ; ARANTES, A.A.; BRANDÃO, C.R.; CORRÊA, M. FELDMAN-BIANCO, B.; STOLCKE, V. ZALUAR, A. (Org.). **Colcha de Retalhos**. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre/RS: Zouk, 2007.

CASTRO, A. L. Consumo popular e disputas simbólicas: impacto nas emoções, elos de pertença e estratégias de distinção. In: 29ª. Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Natal/RN, 2014. **Anais da 29ª. ABA**, 2014.

_____. Sentidos do consumo e fronteiras simbólicas: uma etnografia entre grupos de baixa renda em um município da Grande São Paulo, Brasil. **Etnográfica**, vol 20, n.1, p. 101-117, 2016.

CLEMENTINO, J. O. ; MENEZES, M.A. Vicinalidades e configurações de casas: os Leandros de Várzea Alegre - CE e suas estratégias de moradia em São Paulo. In: 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa/PB, 2016. **Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2016.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**. Para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

DUARTE, L. F. D. **Da vida nervosa das classes trabalhadores urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade**. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. Revisitando o “Caminho da Cidade” com Eunice Ribeiro Durham. [1º semestre, 2011]. Entrevistadora: L. M. Maciel. **Ideias** – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas (SP), n.2, Nova Série, 1º semestre, 2011. p. 293-307.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANGELLA, S. O tênue equilíbrio no movimento: a vicinalidade na migração transnacional. **Revista de Antropologia** (Dossiê Vicinalidades e Casas Partiveis), São Paulo, v. 57, n. 1, p. 73-106, 2014.

GARCIA JR., A. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; CNPQ; UNB, 1989.

GUEDES, A. D. Abrir no Mundo, Rasgando o Trecho: Mobilidade Popular, Família e Grandes Projetos de Desenvolvimento. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 21, p. 137-152, 2012.

HOGGART, R. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Volume 1. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

_____. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Volume 2. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

LEVI-STRAUSS, C. **Minhas palavras**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **História e Etnologia**. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 1999 (Textos Didáticos n 24) (tradução: Wanda Caldeira Brant).

LOBO, A. S. **Tão perto, tão longe**. Organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista Cabo Verde. 2006. 266f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LOPES, J. R. B. **Sociedade Industrial no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1964.

MACHADO, I. J. R. Reordenações da Casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, vol. 14, p. 5-26, 2010.

MACIEL, L. M. **O sentido de melhorar de vida**: arranjos familiares na migração para o Interior de São Paulo. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003. p.183-314.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses – migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: Editora da UFPB, 2002.

MILLER, D. Pobreza da moralidade. **Antropolítica**. Niterói, n. 17, p. 21-43, 2. sem. 2004.

_____. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**. Ano 13, n. 28, p. 33-63, Jul.-Dez. 2007.

NERI, M. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: CPS, 2008.

NOGUEIRA, V. S. **Sair pelo mundo**. A conformação de uma territorialidade camponesa. 2010. 283f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. Dádivas e redes: o processo migratório em famílias camponesas. In: MENEZES, M. A.; GODOI, E. P. (Org.) **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPQ, 2011. p. 185-204.

PINA-CABRAL, J. de; GODOI, E. P. de. Apresentação: Dossiê Vicinalidades e casas partíveis. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.57, n.2, p. 11-21, 2014.

SALATA, R. **Deslocamentos laborais, espaços de vida e projetos de autonomia**: trajetórias de mobilidade em Santa Lúcia/SP. 2017. 226f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

SCALON, C.; SALATA, A. Uma nova classe média no Brasil na última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.27, n. 2, p. 387-407, May-Aug. 2012.

SCOTT, R. P. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Volume 2: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 245-268.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

WOORTMANN, E. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo – Brasília: Hucitec – Edunb, 1995.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: CLIFFORD, A. W. et al (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v. 1, São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.